



PROJETO EJA TEC EM GOIÁS: AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES OU FLEXIBILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO?

Ana Lúcia da Silva¹
Antônio Carlos Freire Sampaio²
Mychele Priscila de Melo³

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino destinada a atender aqueles que, por motivos diversos, não concluíram a Educação Básica em tempo dito normal. Formada por um público bastante heterogêneo, a EJA necessita de um olhar específico em função de suas singularidades, porém, o que se percebe é que esta, marcada por avanços e retrocessos quanto a políticas públicas de valorização, enfrenta um momento delicado devido às investidas neoliberais que visam transformar a Educação em mercadoria. Com a iminência da pandemia de Covid-19 e consequente distanciamento social, houve a necessidade do ensino remoto sendo que as experiências com o uso de plataformas digitais intensificaram e mesmo diante da repulsa de boa parcela dos estudantes ao formato não presencial projetos de Educação a Distância (EaD) já estavam sendo colocados em prática na Educação Básica, mesmo antes da pandemia. Exemplo disso é o Projeto EJA TEC, implantado no segundo semestre de 2019 em Goiás, alinhado à BNCC e destinado a atender a Terceira Etapa da referida modalidade de ensino no formato EaD. Justificamos este estudo pela atuação direta ou indireta dos autores como professores de Geografia na EJA e pela preocupação com os rumos desta modalidade no que se refere as condições de ensino aprendizagem oferecida aos discentes, as condições de trabalho e (des) valorização docente e aos temas geográficos apresentados à grande área das Ciências Humanas.

Palavras-chave: Projeto EJA TEC, Neoliberalismo, Educação, Ensino de Geografia.

RESUMEN

La Educación de Jóvenes y Adultos es un tipo de educación diseñada para atender a quienes, por diversas razones, no han completado la Educación Básica en un tiempo normal. Formada por un público muy heterogéneo, EJA necesita una mirada específica por sus singularidades, sin embargo, lo que se percibe es que, marcada por avances y retrocesos en materia de políticas públicas de valorización, afronta un momento delicado debido a los embates neoliberales que apuntan a transformar la educación en una mercancía. Con la inminencia de la pandemia Covid-19 y el consecuente distanciamiento social, surgió la necesidad del aprendizaje a distancia, y las experiencias con el uso de plataformas digitales se intensificaron e incluso ante el rechazo de una buena parte de los estudiantes hacia el no- Formato de asistencia Los proyectos de Educación a Distancia (EaD) ya se estaban poniendo en práctica en Educación Básica, incluso antes de la pandemia. Un ejemplo de esto es el Proyecto EJA TEC, implementado en el segundo semestre de

¹ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU e Professora da Educação Básica em Catalão (GO), analuciadasilva38@hotmail.com;

² Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, acfsampa@uol.com.br;

³ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – mypriscila@yahoo.com.br;



2019 en Goiás, alineado con el BNCC y destinado a cumplir con la Tercera Etapa de la modalidad docente antes mencionada en el formato EaD. Justificamos este estudio por el papel directo o indirecto de los autores como profesores de Geografía en EJA y por la preocupación por la dirección de esta modalidad en cuanto a las condiciones de enseñanza y aprendizaje que se ofrecen a los estudiantes, las condiciones de trabajo y la (des) valoración de docentes y temas presentados a la amplia área de las Ciencias Humanas.

Palabras clave: Proyecto EJA TEC, Neoliberalismo, Educación, Enseñanza de la Geografía.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), atualmente compreendida como uma modalidade da Educação Básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), vem ganhando destaque junto às discussões acerca dos desafios do sistema educacional brasileiro perante a persistência de um significativo número de analfabetos ou semianalfabetos em nosso país.

O fracasso, exclusão ou frustração no processo educacional em tempo dito normal, na infância ou adolescência, deixaram marcas sendo que a volta à escola remonta esse passado de incertezas e inseguranças. Quando, porém, esse retorno ocorre de maneira não presencial, através de plataformas virtuais, o impacto da mudança pode ser ainda mais temeroso.

No segundo semestre de 2019 a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC GO) lançou o Projeto EJA TEC (Educação de Jovens e Adultos a Distância) destinado a escolas polos localizadas em diferentes regiões do estado para atender a Terceira Etapa (correspondente ao Ensino Médio regular) desta modalidade de ensino. A justificativa para implementação do referido projeto é ampliar as possibilidades de estudo por meio de uma estrutura pedagógica flexível, desenvolvendo a cultura do uso das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de promoção e transformação educacional.

Acreditamos, porém, que o avanço da modalidade EaD na Educação Básica trata-se de uma investida das políticas neoliberais no campo educacional, com projetos privatistas para as instituições públicas por ser menos onerosa do ponto de vista financeiro. Esta, transforma o professor em tutor, precariza demasiadamente o trabalho docente, descaracteriza a educação e compromete a qualidade do ensino ofertado.



Assim, justificamos o presente estudo pela necessidade de discutir e conhecer mais sobre esta temática uma vez que seus autores são professores atuantes direta ou indiretamente na escola pública e por tratar-se de uma pesquisa em andamento cujos objetivos buscam a compreensão da implantação da EJA TEC em Goiás, seus impactos sobre discentes e docentes e como os conteúdos geográficos estão dispostos à área das Ciências Humanas já que a mesma está alinhada às propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, organizada a partir de matrizes de competências e habilidades, agrupadas em quatro áreas do conhecimento (Linguagens, códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias).

APORTE TEÓRICO

No contexto da globalização, o acesso às informações ocorre de forma rápida e não homogênea sendo que a escola e, conseqüentemente os professores se tornam fundamentais para transformar informação em conhecimento. Dessa forma:

A educação escolar, por sua vez, está assentada fundamentalmente no trabalho dos professores e dos alunos, cuja finalidade é contribuir com o processo de humanização de ambos pelo trabalho coletivo e interdisciplinar destes com o conhecimento, numa perspectiva de inserção social crítica e transformadora (PIMENTA, 1999, p.23).

A Geografia, como componente curricular das Ciências Humanas, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno a compreensão do presente com vistas ao futuro (Straforini, 2008), indo além da localização e simples descrição da superfície terrestre. Através do conhecimento geográfico é possível perceber o lugar em sua conexão com o mundo, o local e suas relações com o global.

Ao analisar a matriz de competências e habilidades da Terceira Etapa, vislumbramos que categorias geográficas cruciais para a compreensão do espaço são abordadas, porém o docente que ministrará as aulas, por não ter formação específica pode diminuir a relevância das mesmas comprometendo a formação geográfica do indivíduo. Ressaltamos também que os conteúdos referentes à Geografia Física não são suficientes para que o estudante supere a visão fragmentada da relação sociedade-natureza, acarretando dificuldades para que o mesmo construa uma visão de mundo integradora e totalizante.



O público atendido pela EJA é marcado pela diversidade social, econômica, cultural e étnica. São admitidos nessa modalidade de ensino alunos maiores de 15 anos de idade para a Segunda Etapa (Ensino Fundamental) e maiores de 18 anos para a Terceira Etapa (Ensino Médio), o que nos permite reconhecer que são adolescentes, jovens, adultos e idosos que não concluíram os estudos básicos em idade convencional por motivos diversos e retornam à escola com perspectivas de melhores condições de vida, nem sempre associadas à busca por conhecimentos, mas condicionada às exigências do mercado de trabalho.

E pensando no mercado de trabalho e na atual conjuntura econômica e política brasileira cabe analisar o papel da educação geográfica direcionada ao público da EJA. Frente aos avanços das políticas neoliberais acentua-se o dualismo perverso do contexto educacional brasileiro que mantém e reproduz as desigualdades sociais. Uma educação para os ricos e outra educação para os pobres, destinada à manutenção do *status quo*. Assim, corrobora Santos (2001)

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. (SANTOS, 2001, p. 45).

Para reforçar a permanência “como escravos de uma lógica indispensável ao sistema” foi instituída em maio de 2021 a Resolução Nº 01/2021 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2021), alinhadas à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) onde amplia a oferta da EJA, na modalidade EaD, para a Segunda Etapa (Ensino Fundamental II). Neste sentido, compreendemos que há uma nítida tentativa de precarizar ainda mais a modalidade EJA no país, demonstrando uma preocupação apenas quantitativa em alavancar índices educacionais sem que isto represente, de fato, aumento na qualidade do ensino ofertado.

O uso de plataformas educacionais, currículos rígidos e homogêneos demonstram um controle técnico do trabalho docente refletindo os ditames das políticas neoliberais para o campo educacional brasileiro e também para boa parcela dos países da América Latina. Assim, corrobora Giroto (2017)



Tais políticas fazem parte de um amplo processo de ajuste neoliberal posto em prática em toda a América Latina (com exceção de Cuba), a partir dos acordos firmados em 1989 e que ficaram conhecidos como “Consenso de Washington”. Por estas medidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, representantes do capital transnacional, difundiram uma lógica de reforma neoliberal do Estado na América Latina, com profundo caráter recessivo e que resultou, entre outras coisas, no aumento da taxa de desemprego, da ampliação da desigualdade social e de cortes profundos nos investimentos em saúde, educação e cultura. (GIROTTI, 2017, p. 427).

No que tange aos investimentos em educação, o que se percebe é a progressiva diminuição dos mesmos estando assim, num caminho contrário à construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos os brasileiros. Não há como, ao nosso ver, melhorar a oferta do ensino sem que haja investimentos robustos em qualificação e valorização docente (desde a Educação infantil até o Ensino Superior), infraestrutura de unidades escolares adequada e acessível, projetos e elaboração de currículos em consonância com os interesses da comunidade escolar.

Uma prévia do que poderá acontecer, caso ocorra a ampliação da EaD na Educação Básica, foi vislumbrada perante a necessidade do ensino remoto provocado pela pandemia da Covid 19, desde março de 2020. Presenciamos as inúmeras dificuldades vivenciadas por docentes e discentes, dentre as quais podemos destacar: carência no acesso a equipamentos ou recursos tecnológicos para uso da Internet, plataformas virtuais inacessíveis, despreparo dos alunos em acompanhar aulas síncronas ou assíncronas, falta de capacitação adequada a docentes.

Quanto a qualidade do ensino ofertado pela rede pública brasileira e o rendimento educacional, o que vimos foi uma queda vertiginosa acompanhada por forte evasão escolar. Neste sentido, os maiores prejuízos quanto a qualidade e acessibilidade incidem justamente nas camadas mais pobres da sociedade.

METODOLOGIA

Compreendemos como metodologia a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser consideradas tendo em vista a construção do conhecimento, visando comprovar sua utilidade e validade nos diferentes ramos da ciência. Destarte, os caminhos metodológicos para este estudo perpassam pela pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Utiliza-



se das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto. Os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. A pesquisa documental, com base no mesmo autor, usa materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser utilizadas para atender os objetivos estabelecidos pelo pesquisador. Neste sentido, foram analisadas leis, resoluções, pareceres, normativas, tanto estaduais como federais para nos auxiliar na compreensão dos fatos.

Como trata-se de pesquisa em fase inicial, os dados utilizados até o momento são resultados parciais sendo que a pesquisa de campo ainda não foi realizada e para que aconteça deverá ser avaliada pelo Comitê de Ética e Pesquisa pois envolverá a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com docentes, discentes e equipe gestora do Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof^a. Alzira de Souza Campos, localizado na cidade de Catalão (GO).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A Educação de Jovens e Adultos em Goiás segue os mesmos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação para todo o território nacional. A Primeira Etapa compreende o Ensino Fundamental I, a Segunda Etapa ao Ensino Fundamental II e a Terceira Etapa corresponde ao Ensino Médio. Esta última, foco dessa pesquisa, está dividida em três períodos semestrais tendo, portanto, dezoito meses de duração (CEE/GO, 2016).

No segundo semestre de 2019 o Conselho Estadual de Educação de Goiás autorizou a oferta da Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação à Distância (EJA TEC), para a Terceira Etapa, no período noturno. A implantação ocorreu inicialmente em nove escolas polos, sendo que uma delas está localizada em Catalão (GO), denominada Centro de Educação de Jovens e Adultos “Prof. Alzira de Souza Campos”, situada em uma região central da cidade. O curso é gratuito e as vagas disponíveis a todos aqueles com idade igual ou superior a 18 anos completos que já tenham concluído o Ensino Fundamental.

A modulação dos docentes (a função que o servidor irá exercer no Ano Letivo e a carga horária de trabalho semanal) é feita por área do conhecimento, com o número de horas-aulas definido de acordo com a quantidade de estudantes atendidos, caso a quantidade estiver entre 50 e 150 alunos a carga horária será de 20 horas semanais



equivalente a três dias; de 100 a 300 alunos, a carga horária será de 30 horas semanais, equivalente a cinco dias.

Para garantir o acesso as aulas é preciso que o estudante possua um tablet, smartphone ou computador, com acesso à internet. Os momentos a distância são ofertados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), desenvolvido no Modular Object Distance Learning (Moodle), organizado por área do conhecimento, ou seja, quatro salas de aula virtuais a saber: I) Linguagem, códigos e suas tecnologias - Componente Curricular: Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, II) Matemática e suas tecnologias – Componente Curricular: Matemática, III) Ciências da natureza e suas tecnologias – Componente Curricular: Biologia, Física e Química e IV) Ciências humanas e sociais aplicadas – Componente Curricular: História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Após a efetivação da matrícula pelo estudante será gerada uma senha para acesso ao AVA e a apresentação será realizada no primeiro encontro presencial.

Os encontros presenciais acontecem nos polos de apoio presencial com duração média de três horas cada e, como já mencionado, o primeiro encontro se destina à abertura do primeiro módulo, uma apresentação geral tanto da parte técnica quanto da equipe gestora da unidade escolar. Ao final das dez primeiras semanas realiza-se outra aula para abertura do segundo módulo, inclusive com *feedbacks*, atividades motivacionais, apresentação da ementa, objetivos da aprendizagem e esclarecimento de dúvidas. Além desses, são destinados ainda dois encontros presenciais obrigatórios, em cada semestre letivo, para a realização de avaliação final e conclusão dos dois módulos. Há também os Plantões de Dúvidas (PD) onde os professores se encontram na escola polo para atender individual ou coletivamente os estudantes.

Os professores da EJA TEC da área das Ciências Humanas possuem formações diversas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Sem capacitações específicas para adequar a esta mudança na forma de ensinar indagamos como seria a atuação de um historiador, por exemplo, ao ministrar conteúdos referentes a categorias de análise específicas da Geografia e vice-versa? Será que os conteúdos específicos de cada uma das disciplinas que formam a área das Ciências Humanas não ficariam comprometidos? Até o momento não temos resposta para tais questionamentos, mas perante conversas informais com colegas professores que atuam em turmas da EJA TEC percebemos as dificuldades enfrentadas pelos mesmos.



Ao analisar a Matriz de Competências e Habilidades de Ciências Humanas direcionada à turma de primeiro semestre (equivalente à primeira série do Ensino Médio) da EJA TEC, vimos que há dois eixos cognitivos, sendo: Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica; Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas. Segue o quadro com a referida matriz:

Quadro 1: Matriz de Competências e Habilidades de Ciências Humanas e suas Tecnologias (Primeiro Semestre).

EIXO COGNITIVO	
I. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	
Competências Gerais	Habilidades
M1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H1 – Interpretar historicamente fontes documentais de naturezas diversas
M2 - Compreender a gênese e a transformação das diferentes organizações territoriais e os múltiplos fatores que neles intervêm, como produto das relações de poder.	H6 - Interpretar diferentes representações do espaço geográfico e dos diferentes aspectos da sociedade.
M3 - Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem.	H11 - Identificar diferentes representações cartográficas de um mesmo espaço geográfico.
M4 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais.	H16 - Identificar registros em diferentes práticas dos diferentes grupos sociais no tempo e no espaço.
M5 - Compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H21 – Identificar o papel dos diferentes meios de comunicação na construção da cidadania e da democracia.
M6 - Perceber-se integrante e agente transformador do espaço geográfico, identificando seus elementos e interações.	H26 - Identificar em diferentes fontes os elementos que compõem o espaço geográfico.
M7 - Entender o impacto das técnicas e tecnologias associadas aos processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social.	H31 - Identificar e interpretar registros sobre as formas de trabalho em diferentes contextos histórico-geográficos, relacionando-os à produção humana.
M8 - Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação e seu impacto na organização do trabalho e da vida pessoal e social.	H36 - Identificar e interpretar formas de registro das novas tecnologias na organização do trabalho e da vida social e pessoal

EIXO COGNITIVO
II. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas



Competências Gerais	Habilidades
M1 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.	H2 - Analisar a produção da memória e do espaço geográfico pelas sociedades humanas.
M2 – Compreender a gênese e a transformação das diferentes organizações territoriais e os múltiplos fatores que neles intervêm, como produto das relações de poder.	H7 - Identificar os significados históricos das relações de poder entre as nações.
M3 - Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem.	H12 - Analisar o papel dos recursos naturais na produção do espaço geográfico, relacionando transformações naturais e intervenção humana.
M4 - Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais.	H17 - Analisar o papel do direito (civil e internacional) na estruturação e organização das sociedades.
M5 - Compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.	H22 - Analisar as conquistas sociais e as transformações ocorridas nas legislações em diferentes períodos históricos.
M6 - Perceber-se integrante e agente transformador do espaço geográfico, identificando seus elementos e interações.	H27 - Relacionar sociedade e natureza, reconhecendo suas interações na organização do espaço, em diferentes contextos histórico-geográficos.

Fonte: Goiás, 2019.

Ressaltamos novamente que essa matriz de competências e habilidades foi construída a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No quadro 1, é possível perceber que as principais categorias geográficas ressaltadas para a turma do primeiro semestre são: território, espaço geográfico e paisagem. Para professores geógrafos que discutiram e apreenderam durante a formação acadêmica a importância desses conceitos para a compreensão do espaço o enfoque dado às mesmas será diferenciado. Porém, sabemos que o professor das Ciências Humanas pode ser um historiador, um filósofo, um sociólogo ou um profissional sem formação em nenhuma dessas áreas, o chamado “notório saber”, que poderá omitir saberes importantes e até mesmo essenciais para a compreensão dos conhecimentos geográficos.

Sobre o reconhecimento do profissional “notório saber” na educação pública brasileira, tal como previsto na Lei Nº 13.415/2017, consideramos que descarta a formação docente universitária, promove cursos aligeirados, em sua maioria ofertados pela iniciativa privada como complementação pedagógica em instituições de ensino superior, muitas delas de idoneidade duvidosa. Ainda privilegia os conhecimentos práticos em detrimento aos teóricos.



Sendo assim, reforçamos que a universidade é o espaço de formação para o trabalho docente à medida que esta apresenta condições mínimas para a formação de caráter omnilateral, aprimorando no indivíduo todas as dimensões humanas capazes de promover um cidadão crítico, de pensamento autônomo, livre e que reconhece seu papel de transformação da sociedade. Não queremos repassar uma ideia que a universidade pública brasileira atual é perfeita e que consegue, de fato, formar profissionais com tais atributos. Porém, em maior parte dos casos é este intento que ela busca e almeja, mesmo enfrentando constantes ataques em tempos de políticas públicas neoliberais.

Os currículos prescritivos, hierarquizados e a própria implementação da BNCC são, por nós considerados, como um entrave à educação emancipatória e participativa.

Entendemos que a produção do currículo deve ser coletivamente pensada, debatida e sistematizada na medida em que tal ato político também se constitui como processo formativo voltados à educação emancipatória e participativa, fundamental para a construção da gestão democrática da educação e das políticas públicas decorrentes. (KATUTA, 2019, p. 104).

Durante visita à escola pesquisada, foi possível perceber que, de forma geral, o prédio encontra-se em bom estado de conservação. Este é estruturado em dois pavimentos, contando com salas de aulas, banheiros, sala de professores, almoxarifado, depósito, cozinha, secretaria, sala da coordenação, da direção e um laboratório de informática. Ressaltamos a presença do mesmo pois nos encontros presenciais, com duração prevista de 3,5 horas/aulas, a escola deve esclarecer dúvidas dos discentes, inclusive apresentando a plataforma virtual, orientado na execução e realização de atividades. Constatamos que o número de computadores presentes é muito pequeno em relação a demanda e seria necessário um profissional (dinizador de laboratório) para orientar alunos e alunas quanto ao uso das tecnologias.

No início do ano letivo de 2021 foram matriculados 316 estudantes na EJA TEC, distribuídos nos três semestres que compõem a Terceira Etapa. Destes 55,38% são do sexo feminino e 44,62% são do sexo masculino. Não foram divulgados até o momento dados sobre evasão, repetência ou aprovação. Através de conversas informais com professores que atuam na unidade escolar (colegas de profissão) foram relatadas inúmeras dificuldades para impedir e/ou amenizar a desistência em massa. A devolutiva de atividades, inconsistência da plataforma, desânimos dos discentes foram motivo de muita preocupação. Claro que estamos em meio a uma pandemia que impede a realização dos



20% de encontros presenciais obrigatórios da EJA TEC, assim as avaliações são realizadas através de formulários virtuais.

Para garantir a realização das atividades previstas na plataforma e garantir a presença dos alunos nos encontros presenciais (durante a período remoto imposto pela pandemia de Covid-19, os encontros presenciais foram substituídos por aulas síncronas, de teleconferência através do Google Meet ou pelo Zoom), as escolas polos de EJA TEC aderiram ao Programa Busca Ativa Escolar, com o lema “Acolher para Permanecer”, criado em parceria com o Instituto Unibanco, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime Goiás) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O guia de Busca Ativa apresenta uma série de informações sobre o planejamento das ações a serem implementadas pelas unidades escolares goianas.

Com base no documento, inicialmente a escola deve registrar as frequências diárias dos estudantes, acompanhando as ausências não justificadas. Após três faltas não justificadas, a escola deve entrar em contato com o aluno ou com seu responsável a fim de justificativa pelas sucessivas ausências. Em caso de não retorno, representantes da unidade escolar devem realizar a visita domiciliar para resgate do aluno. Se o mesmo for menor de idade, o que não se aplica aos alunos da EJA TEC, o gestor escolar deve acionar o Conselho Tutelar. Sobre as estratégias citadas no guia vale ressaltar que:

O sucesso da Busca Ativa Escolar dependerá do comprometimento de todos os atores envolvidos para o enfrentamento da exclusão escolar. Para a implementação da estratégia, serão necessárias, portanto, ações de mobilização e de formação. São essas ações que permitirão a constituição de uma rede integrada e atuante para a garantia do direito de aprender de cada criança e adolescente do município. (BUSCA ATIVA ESCOLAR, 2017).

Assim, ao analisar o guia para a implementação da Busca Ativa Escolar foi possível perceber que a implementação do mesmo envolve atores diversos, incluindo prefeito municipal, gestor político, coordenador operacional, supervisores institucionais, agentes comunitários. Porém, aos docentes que atuam em sala de aula a busca ativa se torna uma responsabilidade a mais, que na prática se materializa pela pressão exercida hierarquicamente na escola para evitar a evasão a qualquer custo, sem atacar os reais problemas que levam o aluno a desistir dos estudos básicos em tempo dito normal. E essa evasão, provocada principalmente durante a pandemia e vigência do ensino remoto, onde as desigualdades sociais afluíram mais ainda, pode impulsionar futuramente um



aumento da demanda da EJA. Uma espécie de ciclo vicioso que exclui o indivíduo do processo educacional atual para reinseri-lo, mais tarde: uma exclusão includente ou uma inclusão excludente.

É instigante também o fato de institutos criados por empresas privadas estarem à frente desse projeto e ganhando cada vez mais destaque em políticas públicas destinadas a “salvar” a educação brasileira a partir de estratégias mercadológicas pensadas por quem não conhece a realidade escolar ou que não tem formação direta para tal finalidade. Em grande parte dos casos, os manuais são realizados sem a participação direta de professores, representantes de pais, de alunos, enfim, da comunidade escolar.

A pesquisa, enfatizamos, está em fase inicial e no decorrer da mesma será possível levantar informações que confirmem ou refutem a ideia que A EJA TEC atende os interesses de uma política neoliberal para a Educação brasileira, destinada a precarizar a qualidade do ensino ofertado à classe trabalhadora e manter a reserva de mão de obra barata para atender aos interesses dos grupos privilegiados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os apontamentos apresentados ao longo do texto sobre a Educação de Jovens e Adultos em Goiás nos leva a refletir sobre os rumos da educação pública brasileira num contexto de avanço das políticas neoliberais, apregoadas aos países latino-americanos através de um “manual de recomendações” elaborado a partir do Consenso de Washington.

Reformas educacionais, elaboração de currículos unificados, propagação de escolas em tempo integral, ampliação da oferta de EaD na Educação Básica são alguns exemplos de medidas governamentais que, segundo eles visam a melhoria da qualidade do ensino público ofertado. Porém, não acreditamos em nenhuma proposta para melhorar, de fato a qualidade do ensino sem que haja um aumento proporcional de investimentos que abranjam desde a infraestrutura das escolas até a valorização dos professores e demais profissionais que atuam nas mesmas.

Neste sentido, consideramos que o Projeto EJA TEC é mais uma medida que visa diminuir os gastos em educação sem a pretensão de melhorar a qualidade. Um dos argumentos para a criação do referido projeto é oferecer alternativas para que jovens, adultos e idosos trabalhadores possam concluir a Educação Básica de acordo com sua



disponibilidade de tempo uma vez que o acesso a plataforma para realização das atividades pode ser feito a qualquer horário e os encontros presenciais são reduzidos. Concomitante à implantação da EJA TEC houve fechamento de turmas e até mesmo de escolas goianas que ofertam a EJA presencial.

No que se refere a matriz curricular para a EJA TEC, vimos que a mesma está alinhada à BNCC sendo que a Geografia é um dos componentes que integram as Ciências Humanas. Assim, os conteúdos específicos desta ciência correm o risco de serem esvaziados, trabalhados de forma a não ressaltar sua relevância para a formação de cidadão críticos e reflexivos, capazes de atuar para mudar positivamente a sua realidade e da comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/ Lei/L13415. htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 01/2021** de 25 de maio de 2021.

BUSCA ATIVA ESCOLAR. / [coordenação Andréia Peres, Marcelo Bauer]. -- Brasília, DF: UNICEF: Instituto TIM: Congemas: Undime, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Dos PCNs a BNCC: o ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Educação a Distância**. Goiânia (GO). Out. 2019.

KATUTA, Ângela Massumi. Mercantilização e financeirização da Educação brasileira: a proposta neoliberal, o Apagão Pedagógico Global (APG) e as R-existências. **GEOGRAFIA**, v. 44, n.1, jan./jun. 2019.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de Professores: identidade e saberes da docência.** In: PIMENTA, S. G. (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia – o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008, p. 190.